

Joaquim de Paiva Muniz

CURSO BÁSICO DE DIREITO ARBITRAL

Teoria e Prática

**6ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2020

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-099-7

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

1142526

Muniz, Joaquim de Paiva.

M966 Curso básico de direito arbitral: teoria e prática./ Joaquim de Paiva Muniz./ 6ª edição./ Curitiba: Juruá, 2020.
276 p.

1. Arbitragem e sentença. 2. Processo civil. I. Título.

CDD 347 (22.ed.)

CDU 347.9

00022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO À PRIMEIRA EDIÇÃO	17
INTRODUÇÃO À SEXTA EDIÇÃO.....	19
1 ASPECTOS GERAIS.....	21
1.1 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS.....	21
1.2 HISTÓRICO	23
1.2.1 Origens	23
1.2.2 Anteprojeto de Lei de Arbitragem	25
1.2.3 A Lei de Arbitragem de 1996	25
1.2.4 Constitucionalidade da Lei de Arbitragem de 1996.....	26
1.2.5 Eficácia da Lei de Arbitragem para Contratos Celebrados Anteriormente.....	28
1.2.6 Código Civil de 2002	28
1.2.7 Código de Processo Civil de 2015.....	29
1.2.8 Reforma da Lei de Arbitragem	30
1.2.9 Vetos à Reforma da Lei de Arbitragem.....	31
1.3 NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM	32
2 ARBITRABILIDADE.....	35
2.1 ARBITRABILIDADE.....	35
2.2 ARBITRABILIDADE SUBJETIVA	35
2.3 ARBITRABILIDADE OBJETIVA	36
2.4 ARBITRABILIDADE E CONTRATOS DE AGÊNCIA E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL	37
2.5 ARBITRABILIDADE E DIREITO DO TRABALHO.....	38
2.6 ARBITRAGEM EM DIREITO SOCIETÁRIO	40
2.6.1 Vinculação à Arbitragem Societária	40
2.6.2 Vinculação dos Administradores	41
2.6.3 Arbitrabilidade.....	42
2.6.4 Confidencialidade.....	42

2.6.5	Condomínios Edilícios	43
2.7	ARBITRABILIDADE, DIREITO PÚBLICO E ENTES ESTATAIS	43
3	LEI APLICÁVEL.....	55
3.1	A POSSIBILIDADE DE LIVRE ESCOLHA DE REGRAS DE DIREITO	55
3.1.1	Controvérsia Sobre Escolha de Lei Estrangeira em Contratos Domésticos	57
3.1.2	A Questão da Lei se Aplica, se o Contrato for Silente.....	57
3.1.3	Contratos Sem Lei.....	58
3.2	A ORDEM PÚBLICA E QUAL O SEU PAPEL COMO BALIZADOR DA LIBERDADE DE ESCOLHA DE NORMA MATERIAL.....	58
3.3	EQUIDADE.....	62
3.4	PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO, USOS E COSTUMES, REGRAS INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO E <i>LEX MERCATORIA</i>	64
3.4.1	Princípios Gerais de Direito.....	64
3.4.2	Usos e Costumes	65
3.4.3	Regras Internacionais de Comércio	66
3.4.4	<i>Lex Mercatoria</i>	67
4	CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	69
4.1	ESPÉCIES DE CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	69
4.2	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	70
4.3	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA EM RELAÇÕES DE CONSUMO.....	72
4.3.1	Arbitragem e Franquia	74
4.4	ARBITRAGEM INSTITUCIONAL E ARBITRAGEM <i>AD HOC</i>	74
4.5	ELEMENTOS DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM. CLÁUSULAS COMPROMISSÓRIAS CHEIAS, VAZIAS E PATOLÓGICAS.....	76
4.6	AÇÃO DE EXECUÇÃO ESPECÍFICA DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	77
4.7	NECESSIDADE DE AÇÃO DE EXECUÇÃO ESPECÍFICA, SE A CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA FOR CHEIA.....	79
4.8	AUTONOMIA DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	80
4.9	COMPETÊNCIA DO ÁRBITRO PARA DECIDIR SOBRE A EXISTÊNCIA, VALIDADE OU EFICÁCIA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM (PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA)....	80
4.9.1	Momento Processual para Alegar Existência de Convenção Arbitral	81
4.10	EFEITOS DA CESSÃO E SUB-ROGAÇÃO NA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	82
4.11	EFEITOS DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA A NÃO SIGNATÁRIOS	83

4.12	COMPROMISSO	84
4.13	REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DO COMPROMISSO	85
4.14	REQUISITOS FACULTATIVOS DO COMPROMISSO	85
4.15	EXTINÇÃO DO COMPROMISSO	90
4.16	EFEITOS DA INSOLVÊNCIA NA CONVENÇÃO ARBITRAL	91
4.17	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA EM TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL	93
5	ÁRBITROS.....	95
5.1	REQUISITOS E QUALIFICAÇÃO PARA SER ÁRBITRO.....	95
5.2	NÚMERO DE ÁRBITROS.....	95
5.3	PROCEDIMENTO DE ESCOLHA DE ÁRBITRO	96
5.4	PRESIDENTE, COÁRBITROS, SUPLENTE E SECRETÁRIO	97
5.5	HONORÁRIOS DOS ÁRBITROS.....	98
5.6	DEVERES DOS ÁRBITROS	99
5.6.1	Imparcialidade e Independência	99
5.6.2	Dever de Revelação.....	103
5.6.3	Competência.....	104
5.6.4	Diligência	104
5.6.5	Discrição.....	104
5.7	EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA.....	105
5.8	SUBSTITUIÇÃO DO ÁRBITRO.....	106
5.9	NATUREZA DA FUNÇÃO DE ÁRBITRO.....	107
5.10	RESPONSABILIDADE DOS ÁRBITROS	107
5.10.1	Responsabilidade Penal.....	107
5.10.2	Responsabilidade Civil	108
6	PROCEDIMENTO ARBITRAL.....	111
6.1	REGRAS PROCEDIMENTAIS	111
6.2	PRINCÍPIOS COGENTES	112
6.2.1	Contraditório	113
6.2.2	Igualdade das Partes	114
6.2.3	Imparcialidade e Livre Convencimento do Árbitro	115
6.3	CONFIDENCIALIDADE.....	115
6.3.1	Confidencialidade e Entes Públicos.....	117
6.3.2	Confidencialidade e Financiamento de Terceiros	118
6.4	REPRESENTAÇÃO DAS PARTES	118
6.4.1	<i>IBA Guidelines on Parties Representations in International Arbitrations</i>	118
6.4.2	Defensoria Pública	119

6.5	FASE POSTULATÓRIA	119
6.5.1	Fases do Processo.....	119
6.5.2	Requerimento de Arbitragem.....	120
6.5.3	Citação.....	121
6.5.4	Resposta ao Requerimento.....	122
6.5.5	Revelia.....	123
6.5.6	Reconvenção	123
6.5.7	Aditivos à Ação ou Reconvenção.....	125
6.5.8	Inclusão de Nova Parte	125
6.5.9	Petições Suplementares.....	126
6.5.10	Considerações Organizacionais Sobre Alegações Escritas.....	127
6.6	ARBITRAGENS ENVOLVENDO PLURALIDADE DE PARTES.....	127
6.6.1	Litisconsórcio Necessário	128
6.6.2	Litisconsórcio Facultativo.....	128
6.6.3	Assistência e Intervenções de Terceiros	129
6.7	CONSOLIDAÇÃO DE ARBITRAGENS CONEXAS	130
6.7.1	Consolidação de Ações em Contratos Relacionados	131
6.8	INSTITUIÇÃO DA ARBITRAGEM	132
6.9	ARGUIÇÃO DE QUESTÕES RELATIVAS À JURISDIÇÃO OU AOS ÁRBITROS.....	133
6.10	O PRINCÍPIO DA “COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA” E AS LIMINARES ANTIARBITRAGEM.....	135
6.11	LIMINARES ANTIARBITRAGEM.....	137
6.12	TERMO DE ARBITRAGEM/ATA DE MISSÃO.....	138
6.13	CONCILIAÇÃO OBRIGATÓRIA DAS PARTES	143
6.14	MEDIDAS COERCITIVAS E TUTELAS DE URGÊNCIA DURANTE A ARBITRAGEM.....	143
6.14.1	Tutelas de Urgência e Medidas Coercitivas Antes da Instituição da Arbitragem.....	144
6.14.2	Tutela de Urgência ou Medida Coercitiva Após a Instituição da Arbitragem.....	146
6.14.3	Revisão pelo Árbitro de Tutela de Urgência ou Medida Coercitiva Proferida pelo Poder Judiciário.....	148
6.14.4	Foro para Tutelas de Urgência e Medidas Coercitivas	149
6.14.5	Tutela de Evidência em Arbitragem	149
6.15	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	150
6.15.1	Mandado de Segurança Contra Decisão Interlocutória.....	150
6.16	JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE	152
6.17	PRODUÇÃO DE PROVAS.....	152
6.17.1	Depoimento Pessoal da Parte e Prova Testemunhal	155
6.17.1.1	Depoimento pessoal	156

6.17.1.2	Testemunho	157
6.17.1.2.1	Testemunho em audiência	157
6.17.1.2.2	Inquirição direta (<i>Direct examination</i>).....	158
6.17.1.2.2.1	Testemunho escrito	159
6.17.1.2.2.2	Remuneração à testemunha	161
6.17.1.2.3	Inquirição cruzada (<i>Cross-examination</i>).....	161
6.17.1.2.3.1	Objetivo	161
6.17.1.2.3.2	Decisões fundamentais do advogado	162
6.17.1.2.3.3	Técnicas: perguntas fechadas, <i>baby steps</i> e “reconstrua, reconstrua e pergunte”	163
6.17.1.2.4	Reperguntas (<i>Re-cross ou re-direct</i>).....	166
6.17.2	Exibição de Documentos e <i>Discovery</i>	167
6.17.3	Perícia	170
6.18	AUDIÊNCIA	172
6.18.1	Data da Audiência	172
6.18.2	Local da Audiência	173
6.18.3	Idioma da Audiência	173
6.18.4	Convocação de Representantes das Partes e Testemunhas para a Audiência.....	173
6.18.5	Presença das Partes e Testemunhas na Audiência.....	174
6.18.6	Procedimento da Audiência	174
6.18.7	Alegações Oraís.....	175
6.18.8	Inquirição de Testemunhas	175
6.18.9	Ata e Transcrição da Audiência.....	175
6.18.10	Memoriais.....	176
6.19	ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO.....	176
6.20	REPETIÇÃO DE PROVA EM CASO DE SUBSTITUIÇÃO DE ÁRBITRO	176
7	SENTENÇA ARBITRAL	179
7.1	SENTENÇA ARBITRAL	179
7.2	PRAZO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL.....	179
7.3	REQUISITOS FORMAIS	180
7.4	DECISÃO MAJORITÁRIA.....	182
7.5	SUSPENSÃO DA ARBITRAGEM PARA DECIDIR QUESTÃO PREJUDICIAL NÃO ARBITRÁVEL	183
7.6	RESPONSABILIDADE POR HONORÁRIOS E CUSTAS.....	183
7.7	SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE TRANSAÇÃO.....	186

7.8	CIENTIFICAÇÃO DAS PARTES	187
7.9	EFEITOS DA SENTENÇA ARBITRAL	187
7.10	EMBARGOS ARBITRAIS.....	190
7.11	AÇÃO ANULATÓRIA.....	191
7.11.1	Vício da Convenção Arbitral	193
7.11.2	Incompetência ou Falta de Jurisdição do Árbitro.....	194
7.11.3	Vícios Formais da Sentença Arbitral	195
7.11.4	Sentença <i>Extra Petita</i> e <i>Ultra Petita</i>	195
7.11.5	Sentença que Não Decidir todo o Litígio e Sentença Parcial.....	196
7.11.6	Sentença Proferida com Prevaricação, Concussão ou Corrupção Passiva	198
7.11.7	Sentença Proferida Fora do Prazo.....	198
7.11.8	Desrespeito aos Princípios do Contraditório, da Igualdade das Partes, da Imparcialidade dos Árbitros e do seu Livre Convencimento.....	199
7.11.9	Procedimento para Ação Anulatória.....	200
7.12	IMPUGNAÇÃO DE SENTENÇA	201

8 RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE SENTENÇA

ESTRANGEIRA.....	205
8.1 A NACIONALIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL	205
8.2 RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA.....	206
8.3 A CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE: PRINCIPAL REGRA SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA.....	208
8.3.1 Suposta Não Obrigatoriedade da Homologação em Vista da Convenção de Nova Iorque.....	210
8.4 HIPÓTESES DE DENEGAÇÃO DE RECONHECIMENTO.....	211
8.4.1 Incapacidade da Parte.....	212
8.4.2 Invalidez da Convenção de Arbitragem	212
8.4.3 Ausência de Citação e Outras Violações à Ampla Defesa.....	213
8.4.4 Sentença <i>Extra</i> ou <i>Ultra Petita</i>	214
8.4.5 Nomeação de Árbitros e Condução do Processo em Desconformidade com a Convenção de Arbitragem.....	215
8.4.6 Sentença Ainda Não Obrigatória, Anulada ou Suspensa	216
8.4.7 Sentença Sobre Matéria Não Arbitrável	217
8.4.8 Ofensa à Ordem Pública	218
8.4.8.1 Decisão não fundamentada	219
8.4.8.2 Citação da parte como questão de ordem pública	220
8.4.8.3 Litispendência e coisa julgada	220
8.5 PROCEDIMENTO DE HOMOLOGAÇÃO.....	221

REFERÊNCIAS.....	225
ANEXOS	231
ANEXO I – MELHORES PRÁTICAS EM METODOLOGIAS DE ARGUMENTAÇÃO EM ARBITRAGEM	233
ANEXO II – LEGISLAÇÃO	238
QUADRO COMPARATIVO ENTRE A LEI DE ARBITRAGEM ANTES E APÓS REFORMA	246
DECRETO 4.311, DE 23.07.2002	251
CONVENÇÃO SOBRE O RECONHECIMENTO E A EXECUÇÃO DE SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS FEITA EM NOVA YORK, EM 10.06.1958.....	252
DECRETO 10.025, DE 10.09.2019	256
MODELO DE CARTA ARBITRAL (ELABORADO PELO CBAR)	262
ÍNDICE REMISSIVO	263